

RESENHA

**ABRANTES, Carla Susana Alem.**  
**(2022). *Os futuros portugueses:***  
***Um estudo antropológico sobre a***  
***formação de especialistas coloniais***  
***para Angola (1950-1960).*** Rio de  
Janeiro, Mórula, pp. 322.

THAIS BILL

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba, PR, Brasil  
<https://orcid.org/0009-0000-7960-9027>  
[thaisbill6@gmail.com](mailto:thaisbill6@gmail.com)

Carla Susana Abrantes é docente na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Este livro é resultado da sua tese de doutorado. O trabalho de arquivo foi realizado em importantes bibliotecas do Brasil e Portugal, sobretudo o Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) e os arquivos da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP, Lisboa). Através de um amplo *corpus* documental, o livro analisa o sistema de ensino que formava os futuros quadros da administração nas colônias portuguesas. Uma das circunstâncias que despertou a curiosidade da autora se situa em uma dimensão autobiográfica. As histórias contadas pelo seu avô, carpinteiro em Angola nos anos 1950, veiculavam a incoerência entre o discurso e a prática colonial, tal como evidenciado na narrativa que descreve como os africanos eram levados com correntes até os seus ditos “trabalhos livres”.

O livro possui seis capítulos divididos em três partes. Primeiramente, contextualiza o colonialismo como objeto de pesquisa, apresentando os conceitos e debates mais relevantes, além de explicar os eventos que marcaram a época e as instituições que o consolidaram. Na segunda parte, concentra-se no ensino

colonial, na sua estrutura e nas suas reorganizações ao longo do tempo. Mostra a crescente importância dos alunos e a forte relação entre a Escola Colonial e a administração colonial portuguesa. Por último, aprofunda-se nas dissertações feitas por esses alunos, as quais mostram a necessidade de se adaptar ao cenário internacional. Ou seja, perante as pressões internacionais, os egressos das instituições coloniais começam a elaborar discursos, em aparência, críticos, à violência colonial, o que permitia indiretamente que Portugal pavimentasse um caminho de permanência indefinida nos seus domínios coloniais. Esse tom de suposta amenidade veiculado nas dissertações vai se incrementando entre as décadas de 1950-1960.

Para melhor entender a insistência de Portugal em manter o controle das colônias, Abrantes relembra o contexto anterior. O colonialismo do século XX foi delineado pelas discussões realizadas na Conferência de Berlim (1884-1885), também conhecida na historiografia como a Partilha da África. Nessa ocasião, propôs-se uma outra lógica de dominação dos territórios africanos, renunciando-se ao militarismo como marca e focando-se na criação de Escolas Coloniais nas metrópoles. Em 1890, Portugal foi intimado pelo Ultimato Britânico a retirar suas forças militares na região do Niassa. A situação alimentou, em Portugal, um sentimento de orgulho nacional, perante uma reputação colonial ferida.

Após a II Guerra Mundial, o cenário internacional se torna favorável às pressões independentistas e à autodeterminação dos povos da África e Ásia. Surgem organizações como a ONU e a OIT, que fazem críticas ao trabalho forçado e a outros abusos praticados por países colonizadores. Nesse novo cenário, Portugal tenta se legitimar sem se desfazer de seus velhos mitos imperiais. Ainda em pleno Estado Novo, algumas reformas administrativas são realizadas e testemunha-se uma mudança denominativas: as colônias passam a ser chamadas de províncias ultramarinas. Essas reformas vão de mão dadas com a construção de um discurso plurirracial e pluricontinental. Finalmente, em dezembro de 1955, Portugal consegue ingressar na ONU.

O período desse processo de transformação de paradigma coincidiu com o regime ditatorial do Estado Novo, que começou em 1933 e perdurou até 1974. No seu início, predominavam ideias que buscavam descrever, através de supostos argumentos científicos, a superioridade racial dos brancos. Em seguida, esses discursos pautados no racismo científico foram sendo substituídos pelo lusotropicalismo. Expressões como “harmonia entre raças” eram divulgadas por várias figuras intelectuais e políticas, como Adriano Moreira, que atuou no Ministério do Ultramar e influenciou, durante o período em que foi professor no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, as dissertações redigidas nas décadas de 1950 e 1960.

Estas mudanças acerca das concepções sobre os africanos ocorreram também na Escola Colonial, a qual foi central para a disseminação dessas ideias para as gerações vindouras. Esta se tornou ainda mais importante ao ser convertida em Escola Superior Colonial (ESC), em 1926. Sua relevância na produção de conhecimento encontra o seu ápice em 1954, quando transformada em Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (Iseu).

Abrantes usou os anuários como fonte para entender a estrutura desse ensino colonial. Estes tinham a função de divulgar as atividades institucionais, apresentando anualmente informações como atividades de ensino, legislação, corpo docente e trabalhos dos professores e alunos. Na fundação da Escola Colonial, o corpo docente era majoritariamente de oficiais do exército e de funcionários civis a serviço do Ultramar. Estes elaboraram as sete cadeiras fundadoras do curso de administração colonial, as quais

foram reformuladas ao longo dos anos. Seus conteúdos incluíam geografia, línguas nativas, economia nas colônias, conhecimentos administrativos e legislativos, regime econômico das colônias e higiene colonial.

A transmissão do conhecimento era feita por meio de “sebentas” que continham o conteúdo das disciplinas: assim eram chamadas, pois eram papéis que circulavam pelos alunos de mão em mão, tornando-se sujas. As possibilidades de reflexão promovidas nas disciplinas não iam muito além destes materiais feitos pelos professores. Os quais elegiam as questões que os alunos deveriam focar, o que demonstra uma forte relação de hierarquia no ensino.

A expectativa de emprego estável na administração colonial era o que levava as pessoas a ingressarem nesta carreira. Essa possibilidade era vista com grande apreço pelas famílias, por conta da estabilidade, bom salário e pelo prestígio. Um terço dos primeiros alunos eram militares ou do governo na metrópole. O restante era do ensino secundário metropolitano.

No contexto da primeira reforma, em 1926, o governo português passou a atuar mais na instituição. Nesse momento, as regras de entrada foram definidas e ao longo das reformas, foram se modificando. Em 1946, a mudança de dois critérios foi marcante. Um deles foi a idade máxima ter baixado para 25 anos, almejando nova orientação de pensamento; aos mais velhos restou o espaço de ensino complementar. Foi também descartada a exigência de nacionalidade portuguesa; no entanto, os alunos oriundos das colônias sempre foram poucos.

Por volta de 1926, os estudantes da Escola Superior Colonial tinham certas vantagens que lhe conferiam um certo prestígio. A eles era facilitada a entrada em funções administrativas ultramarinas, além de maior possibilidade em subir na hierarquia profissional. Em 1933, há uma Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), a qual procurava estabelecer limites entre os militares e os civis. As funções administrativas que eram ocupadas por militares foram sendo desempenhadas por novos administradores, o que provocou uma mudança nas características de atuação. Gilberto Freyre, ao viajar aos territórios portugueses, compara estes administradores a missionários que ‘cuidam’ das populações.

Abrantes observa uma hierarquia administrativa forte e subordinada à metrópole. A partir da análise da estrutura administrativa, de acordo com a análise de Mahmood Mamdani (1996, apud Abrantes 2022), a configuração de um Estado bifurcado, ou seja, uma relação hierarquicamente racializada – e “bifurcada” entre o mundo rural e “civil” – do Estado colonial com respeito às sociedades africanas. Com o fim do Estatuto do Indigenato, o abrandamento dessa hierarquia é apenas aparente. Apesar da mudança de discurso, as práticas hierarquizadoras perduram.

As dissertações buscavam resolver o que se via como os principais problemas das colônias, desenvolvendo práticas tanto epistêmicas (Stoler, 2009 apud Abrantes 2022, p. 180), quanto institucionais (Souza Lima, 2002 apud Abrantes 2022, p. 180). Abrantes seleciona e analisa seis dissertações sobre Angola, redigidas entre as décadas de 1950-1960. A partir delas, é possível observar como as ações coloniais eram planejadas e divulgadas, tendo como centralidade o trabalho, a educação e a política indígena. A visão dos africanos como povos diferentes que precisavam ser assimilados, e que requeriam da tutela de Portugal, continua sendo uma constante naqueles trabalhos.

O estudo de Abrantes está em diálogo com as pesquisas anteriores sobre a temática, como as de René Pélissier e Donato Gallo. O primeiro analisa, em 1960, dissertações desse mesmo período e observa

tendências de mudança efetiva nas perspectivas portuguesas, apesar da paixão que as tendenciou. Já Gallo, analisando o período de 1950 a 1975, com foco no papel da relação entre antropologia e administração colonial, tem uma visão distinta. Segundo ele, Portugal não transformou suas práticas nas colônias; pelo contrário, os saberes científicos tiveram a função de conservar um *modus operandi* já existente na metrópole.

A elaboração das teorias tinha como alvo assimilar os africanos a partir do trabalho. Para tanto, castigar os “indígenas” era usual. Todavia, optou-se pela dominação através da educação, não menos hostil, com a finalidade de se adequar às novas expectativas do cenário internacional. Para fornecer justificativas à assimilação e à tutela pelos administradores coloniais, os conhecimentos nativos eram vistos como inferiores, fadados à ruína. Contudo, para abrandar as críticas, os administradores construía, por momentos, narrativas no sentido de promover uma suposta cooperação com conhecimentos nativos, permitindo a permanência de práticas nativas ou desenvolvendo lógicas parecidas. Assim, afirmavam que a pouca violência que o colonialismo português perpetrou havia acabado, triunfando a harmonia entre as raças.

As dissertações circulavam na metrópole, nas colônias e internacionalmente. Os alunos que as desenvolviam se converteram em “intérpretes” da realidade ultramarina, já que os seus modelos de agir colonial eram disseminados aos futuros funcionários que atuariam face a face com as populações. A ideia central das dissertações continuava gravitando em torno ao “problema” dos povos atrasados que precisavam de ajuda e de tutela, legitimando, assim, a autoridade de uma elite instruída que formulava ações a serem implementadas pelo Estado.

Tais modelos tinham por objetivo serem, em aparência, mais humanitários. Para tanto utilizavam uma linguagem considerada legítima no cenário internacional por influência de organismos internacionais recém-criados como a ONU, a Unesco e a OIT. Através desses mecanismos discursivos, desejavam dar uma imagem de sucesso ao colonialismo português. Um desses organismos internacionais foi a Comissão de Cooperação Técnica para a África (CCTA). Criada em 1950, tinha o objetivo de propor reformas administrativas. Era formada por França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, África do Sul e Rodésia. Portugal, que contribuía financeiramente, almejava ter influência na CCTA, o que não aconteceu. Pelo contrário, em 1962, a organização substituiu os membros, dando lugar aos países africanos que haviam conquistado a independência. Esse abalo nas dinâmicas de poder deixou Portugal inconformado.

Por fim, os modelos de agir colonial veiculados nas dissertações buscavam, de modo supostamente científico, trazer novas orientações de pensamento, em termos de uma fingida colaboração com os povos africanos. A partir da década de 1950, os funcionários coloniais aprenderiam a lidar com movimentos políticos nativos críticos a Portugal. Dentro desse desafio estava também a crescente urbanização das colônias. Era preciso, pois, que essas mudanças ocorressem sem que a tutela ficasse comprometida.

“Os futuros portugueses” inicia-se com um instigante prefácio de Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional-UFRJ), que orientou o trabalho. O livro contribui com um corpus de análise até agora pouco explorado no Brasil. Mesmo que nos últimos anos, assistamos a um crescimento dos estudos antropológicos sobre o colonialismo português em Moçambique, ainda são escassos aqueles relativos à experiência angolana. Por isso, o livro de Carla Susana Abrantes tem um aspecto desbravador. A essa inovação se soma a qualidade de escrita e a riqueza das fontes consultadas. Atualmente “o colonial” interpela as

ciências sociais das mais diversas formas. A partir de uma experiência colonial específica, e com oportuna originalidade, este livro responde a essa interpelação.

*Thais Bill é bacharel em Ciências Sociais pela UFPR, na linha de Antropologia e Arqueologia. Atualmente é supervisora de coleta e qualidade no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

SUBMETIDO: 17/04/2023

APROVADO: 31/07/2023

PUBLICADO: 30/01/2025



Este é um material publicado em acesso  
aberto sob a licença *Creative Commons*  
BY-NC